

Juros de mercado ainda longe da Selic

Taxa básica está em um dígito, mas questões como inadimplência barram queda para consumidores.

ADRIANA BRAZ

A economia brasileira vive um momento inédito no que diz respeito aos juros. A taxa básica (Selic) está em apenas um dígito - em 8,75% ao ano, depois da última redução determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O problema é que nem sempre reduções na taxa Selic significam diminuição dos juros cobrados de consumidores e empresas nas operações de crédito que normalmente fazem com os bancos. O que justifica essa diferença? Analistas financeiros têm várias explicações.

De acordo com Renato Oliveira, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o custo de captação no Brasil é muito alto, principalmente porque envolve uma série de variáveis. "Para liberar um empréstimo de longo prazo, por exemplo, os bancos e as financeiras

precisam conciliar uma captação de recursos também no mesmo período da operação", observa Oliveira.

O executivo cita como exemplo um financiamento para a compra de um veículo em 72 parcelas. Nesse caso, o agente financeiro precisa captar os recursos também

para um período de 72 meses. O investidor que empresta esse dinheiro quer uma remuneração, com uma taxa variável, como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mas a prestação é fixa. De acordo com Oliveira, para corrigir eventuais diferenças, a instituição financeira faz uma operação de hedge (proteção). "Isso tudo já encarece a operação na partida e o consumidor ainda arca com as despesas administrativas e os impostos", informa o presidente da ABBC.

Inadimplência

Mas não é apenas a necessidade de acerto de prazo que explica a diferença entre o ritmo da Selic e o dos juros de mercado. Atualmente, o principal aspecto que encarece o crédito para o consumidor é a inadimplência - o percentual de operações que não são quitadas quando deveriam.

"O interessante é que o brasileiro se endivida relativamente pouco e adota uma postura racional no momento de tomar o crédito. Mesmo assim, o padrão de inadimplência brasileiro é muito alto em relação a outros países", constata Oliveira.

Sávio Borba, gestor de renda fixa da Infinity Asset Management, também compartilha da

opinião do executivo da ABBC. Para explicar os juros altos, Borba acrescenta fatores como as questões tributárias, os riscos de ações trabalhistas e o custo Brasil, principalmente no que diz respeito à infraestrutura. "Esses fatores impedem que as instituições financeiras ofereçam taxas mais razoáveis", afirma.

Investimentos

Fernando Arbache, especialista em inteligência de

Crédito Pessoal



perspectiva de ocorrer investimento extra em infraestrutura."

Patamares razoáveis

Na opinião de Arbache, a redução da Selic não chega ao crediário porque a avaliação do risco ainda é elevada, em função da instabilidade dos empregos, o que tende a aumentar a taxa de inadimplência. "Para se protegerem, as instituições aumentam o juro para minimizar o risco e garantir sustentabilidade no seu negócio", afirma.

Mesmo com a expressiva diferença entre o juro básico e as taxas do crediário, Borba acredita que o País caminha para um horizonte de taxas menores. Na sua avaliação, o merca-

do de capitais brasileiro está mais desenvolvido, o que garante uma importante fonte de captação de recursos a custos menores para as empresas e reduz a demanda por empréstimos bancários. Além disso, o setor financeiro nacional é eficiente e tem solidez.

O governo federal também procura fazer a sua parte para diminuir as taxas: reduziu o compulsório e criou uma modalidade de captação para os bancos de pequeno porte. "São medidas muito acertadas, que colaboram para que a diferença de taxas não aumente. Os bancos públicos trabalham para reduzir os spreads. Mantidos os fundamentos de racionalidade monetária dos últimos anos, os juros no crediário tendem a cair para patamares mais razoáveis", diz Borba.